

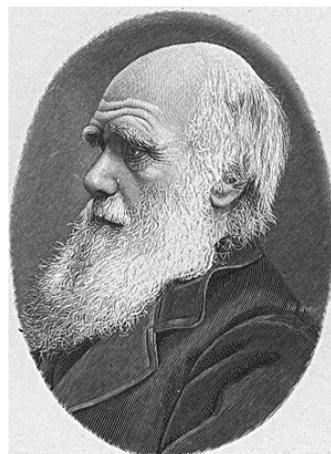
## Ideologias do Estado nacional

Será que existe preconceito ou discriminação de raça no Brasil? Há quem diga que o fato de termos uma forte mistura racial evitou esse tipo de atitude... Qual é a sua posição sobre isso? Nesse texto você terá a possibilidade de descobrir como foram se formando essas questões no percurso histórico do Brasil.

Durante muito tempo a teoria social concebeu o *Estado* e a *Nação* como sinônimos de civilização e ambos como os pontos máximos e finais da evolução das sociedades. O avanço tecnológico dos processos produtivos estaria associado à complexificação dos processos sociais e, com isso, quanto mais avançados os processos materiais, mais avançadas seriam as formas sociais e políticas. Assim, a humanidade estaria assistindo à transformação progressiva e sucessiva das hordas isoladas em tribos, destas em confederações e, finalmente, das confederações em Estados – uma evolução naturalizada, em analogia aos processos evolutivos descritos na biologia por **Darwin**.

O ponto alto dessa evolução aconteceria na medida em que a constituição do Estado servisse para dar, finalmente, corpo material à alma nacional, isto é, à linhagem e à cultura que constituem uma unidade de espírito, de modos, de gostos e de propósitos, enfim, um povo. O Estado-nação seria assim a realização histórica por excelência, ao conferir forma institucional mais “desenvolvida” a esta “herança” primordial.

Os grupos ditos *atrasados* segundo esse processo evolutivo, que não instituíram seus Estados, ou que não os instituíram evoluídos o bastante ou no formato necessário para enfrentarem militarmente os Estados ocidentais, seriam absorvidos, por sua vez, por estes, fosse por meio do comércio, fosse pela colonização. Com isso, seriam progressivamente anexados à civilização, numa espécie de atalho que, no entanto, os deixava em uma posição subordinada. É importante notar aqui que civilização é praticamente sinônimo de Europa, e o discurso evolucionista centrado na valorização tecnológica é, antes de tudo, um discurso **eurocêntrico**. Mas se na Antigüidade, nos processos de formação desses Estados na Europa,



*Darwin (1809 -1882) foi um naturalista britânico que alcançou fama ao convencer a comunidade científica de que as espécies evoluem por meio de um processo de seleção natural e sexual. Esta teoria se desenvolveu e se difundiu de tal maneira que se consagrou como o paradigma central para explicar diversos fenômenos biológicos.*

permitiu-se que eles fossem pensados como uma evolução quase natural – ainda que de fato fossem frutos de violentas lutas de unificação – isto não podia ser visto da mesma forma nas Américas.

A grande diversidade dos grupos sociais internos aos Estados modernos americanos, a exterioridade do modelo, implantado por uma colonização moldada à força da cruz e da espada, fizeram a nação não ser pensada como ponto alto de uma evolução natural, mas como um projeto – projeto este das elites européias ou eurocentristas, voltado para suas populações internas, as populações nativas ou transplantadas.

**A grande diversidade dos grupos sociais internos aos Estados modernos americanos, a exterioridade do modelo, implantado por uma colonização moldada à força da cruz e da espada, fizeram a nação não ser pensada como ponto alto de uma evolução natural, mas como um projeto – projeto este das elites européias ou eurocentristas**

Assim, os diferentes Estados americanos criaram as suas próprias tecnologias de superação das formas econômicas, sociais e culturais indígenas. As diversas maneiras de composição das (e entre as) estratégias de extermínio, cristianização, mistura racial e integração ao mercado como trabalhadores nacionais definiram os variados processos de construção nacional na América. O fato de essas elites viverem conflitos ideológicos internos no que se refere à composição de tais estratégias muda pouco o resultado geral. Isto porque, mesmo quando parte dessa elite insistiu em imaginar-se não como descendente direta de uma matriz cultural européia, mas como filha das culturas nativas, originaram-se **indianismos** literários e artísticos que tinham mais a

*Na visão européia do indígena, predominou durante muito tempo a idéia do bom selvagem. Desde um texto de Cristóvão Colombo em que diz haver chegado ao “paraíso terreno”, a imaginação tratou de atribuir todo tipo de bondades ingênuas aos indígenas (os “naturais”, como os chamavam os documentos espanhóis da época).*

ver – novamente – com uma **visão européia do indígena** do que com uma relação concreta com as populações nativas. Para além das divergências ideológicas intra-elites, a meta de homogeneização continuava intocada: mesmo o indianismo romântico era incapaz de lidar com a diversidade dos índios, imaginando a nação como filha de uma única etnia (tornada *etnia nacional*, no nosso caso, os **Tupi**, a cuja imagem estilizada todas as outras eram reduzidas.

*Em etnologia, o termo **tupi** remete a grupos indígenas cujas línguas pertencem ao tronco tupi. A referência clássica designa os povos que habitavam a estreita faixa da planície litorânea atlântica, desde o Estado do Rio Grande do Sul, para o Norte, até o Estado da Bahia, ou segundo alguns autores, até o Estado do Pará ou Amazonas.*

No Brasil, a soma das visões eurocêntricas e racistas resultou no dilema de constituir uma nação por meio do projeto de homogeneização, ao mesmo tempo, pela necessidade de reinterpretar positivamente a presença desses outros “selvagens”, tão numerosos e tão próximos: os grupos indígenas que os europeus encontraram no continente e os

grupos africanos trazidos compulsoriamente para cá. Mais tarde, os mesmos preconceitos incidiriam também sobre outros grupos sociais migrados para o país, como os asiáticos e os latino-americanos de países vizinhos. O fato se repetiria até mesmo com grupos indiscutivelmente *nacionais*, mas que, por migrarem de extensas e distantes regiões rurais para os grandes centros urbanos, também seriam identificados como diferentes em função de uma série de características **fenotípicas**, lingüísticas e culturais, como os nordestinos e os nortistas. Este extenso e difícil dilema ideológico – o de buscar a construção de uma nação européia a partir de heranças não-européias – deu lugar àquilo que antropólogos e sociólogos chamaram de **mitos nacionais**.

*Quando um antropólogo fala de mito em uma sociedade contemporânea, ele está apontando para um evento ideológico de grande força simbólica, de grande penetração em todos os discursos que circulam por esta sociedade – tais como a história oficial, a literatura, a mídia e os livros didáticos – capaz de condensar em uma mesma imagem ou idéia muitos significados simultâneos.*

O primeiro deles é chamado de **mito da democracia racial**; através dele aprendemos que o Brasil é um país onde não existe preconceito ou discriminação de raça ou cor e onde as diferenças são absorvidas de forma cordial e harmoniosa. Como todo bom mito, a expressão não tem uma origem precisa, mas está associada ao trabalho literário do sociólogo **Gilberto Freyre** que, entre as décadas de 1930 e 1950, construiu uma grande obra sobre as relações raciais no Brasil. Freyre partiu de um princípio positivo: romper com as abordagens racistas da sociedade e da história brasileira, as quais tratavam a população afro-brasileira como um povo à parte, não figurando nas visões gerais do Brasil. Ele foi o responsável por jogar luz sobre as relações que existiam entre senhores/sinhás e escravos/as, assim como nos modos de vida da elite e do povo. Ao realizar tais análises, Freyre, porém, acabou produzindo a imagem de uma sociedade harmônica e integrada afetiva e sexualmente, de fato, artificial. Ao encarar como positiva a mistura racial no Brasil – à época lamentada pela maioria dos pensadores que viam no mestiço um tipo humano degenerado – Gilberto Freyre acabou errando pelo oposto, ao superestimar a capacidade de a miscigenação solucionar o problema das diferenças e das desigualdades entre brancos/as e negros/as. Apoiava o seu raciocínio o fato de no Brasil, à diferença dos Estados Unidos, por exemplo, nunca ter havido uma legislação que discriminasse formalmente os negros a favor dos brancos, obrigando-os a circularem em locais diferentes ou atribuindo-lhes direitos desiguais, ou seja, aquilo que é conhecido pela palavra bôer **Apartheid**.



**Gilberto Freyre**  
(1900-1987), um grande nome da história do Brasil, foi

sociólogo, antropólogo, escritor e pintor. Casa-Grande & Senzala, publicado em 1933, é uma de suas obras mais conhecidas. Para conhecê-lo melhor, [clique aqui](#).

**Apartheid** (“vida separada”) é uma palavra de origem africana, adotada legalmente em 1948 na África do Sul para designar um regime segundo o qual os brancos detinham o poder e os povos restantes eram obrigados a viver separadamente, de acordo com regras que limitavam seus direitos cidadãos. Este regime foi abolido em 1990 e, finalmente em 1994, eleições livres foram realizadas, por meio das quais Nelson Mandela – renomado representante do movimento antiapartheid – assumiu a presidência do governo sul-africano de 1994 a 1999.

A força e a originalidade desta visão do Brasil foram tamanhas que acabaram empolgando algumas organizações negras da época e tornando-se, sob a fórmula sintética de “democracia racial”, um rótulo que distinguia positivamente o Brasil de outros países, nos quais a discriminação e o racismo eram institucionalizados. A fama da democracia racial brasileira empolgou também o resto do mundo. Preocupada em recuperar o planeta da catástrofe da II Guerra Mundial, marcada, como vimos, pela tentativa de implementação de regimes de governo racistas, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu uma série de estudos sobre relações raciais no Brasil com o intuito de apresentar ao mundo a experiência brasileira de democracia racial.

O resultado, porém, não foi o esperado. Ao olharem atentamente para as relações entre brancos/as e negros/as, estudiosos e estudiosas brasileiros/as acabaram encontrando um país dividido por cores e raças, ainda que esta divisão não estivesse regulada pela lei.

**A democracia racial deixava de ser uma realidade para ser encarada como uma falsa constatação, um mito ou, quando muito, como um horizonte político desejável.**

Descobriram atitudes de preconceito, embora elas fossem mediadas por relações de proximidade e cordialidade. Eles/elas ajudaram o país a ver, enfim, que aquilo que era chamado apenas de pobreza, tinha uma cor. Algumas décadas depois, tais estudos avançaram por meio da análise não só das relações interpessoais entre brancos/as e negros/as, mas pela pesquisa sistemática dos dados sobre emprego, renda e criminalidade retirados dos censos oficiais. Ficou evidente, então, que a discriminação era um dado estrutural que organizava, em todo o país, desde a distribuição do emprego e da renda até a distribuição dos casamentos. A democracia

racial deixava de ser uma realidade para ser encarada como uma falsa constatação, um mito ou, quando muito, como um horizonte político desejável.

O segundo mito, que nos interessa aqui, tem uma existência ainda muito mais antiga e difusa e não está associado a nenhum autor específico, mas a uma idéia de senso comum que foi se consolidando com o tempo. Foi o antropólogo Roberto DaMatta que o registrou pela primeira vez, ao identificar que haveria um *racismo à brasileira*, isto é, um sistema de pensamento que postula a existência de três *raças formadoras do Brasil*. Nesse sistema, o brasileiro seria o produto moral e biológico da mistura do índio, com a sua preguiça, do negro, com a sua melancolia, e do branco português, com a sua cobiça e o seu instinto miscigenador. Estas seriam as razões tanto de nossa originalidade quanto de nosso atraso socioeconômico e, até pouco tempo atrás, de nossa necessidade de autoritarismo.

Além disso, mesmo quando o diagnóstico não é tão desfavorável, o que esse mito fundador racista revela é a forma pela qual os diferentes conjuntos de povos são unificados e hierarquizados em uma mesma imagem de Brasil. A afirmação da miscigenação não os coloca no mesmo plano, porque a cada um deles é atribuída uma qualidade diferente na formação do caráter moral do brasileiro. É inegável que os portugueses, os vários povos indígenas e as diferentes nações africanas foram os principais responsáveis pela ocupação

do território brasileiro e pela formação da sua população, mas o que está em jogo não é uma avaliação estatística de contribuições.

Os fatos fundamentais do mito das três raças são:

- a reafirmação de que cada um desses grupos de diferenças constitui uma raça;
- a atribuição de qualidades morais distintas a cada uma delas;
- a hierarquização que se propõe entre tais características morais;
- a exclusão da presença fundamental de outros povos;
- e a identificação de um destino único e de fusão biológica das diferenças constituintes de nossa sociedade.

Novamente, este é um mito que permite naturalizar as desigualdades, remetendo-as às diferenças raciais e produzindo uma imagem da sociedade brasileira que é mestiça mas, justamente por isso, fortemente hierarquizada, em que cada coisa tem um lugar natural.

O próprio discurso científico não fugiu completamente desta mitologia, ainda que tenha dado um formato diferente a ela. A partir dos anos de 1930, quando se organizaram as ciências

**Tratava-se de administrar e acelerar uma transformação natural e necessária, principalmente porque o processo de “transformação” de negros e de indígenas em brancos representava também um percurso diferente.**

sociais no Brasil, elas se dividiram segundo este mesmo recorte. Os indivíduos de origem africana, reunidos sob a designação genérica de negros, foram ligados ao conceito de raça, enquanto os de origem americana, sob a designação genérica de índios, foram separados deste bloco, passando a ser vinculados ao conceito de **etnia**. A cada um destes dois recortes da população coube uma tradição acadêmica, cada uma delas com seus teóricos, suas categorias de análise, seus diagnósticos sobre a realidade brasileira. Da mesma forma, o Estado Nacional produziu expedientes de controle cultural e social diferentes para cada um deles. gerando formas distintas de lidar com a **alteridade** representada por indivíduos não-brancos, *incivilizados*, *inferiores em termos mentais e culturais* que, no entanto, precisavam ser assimilados pela nação brasileira. Tratava-se de administrar

e acelerar uma transformação natural e necessária, principalmente porque o processo de “transformação” de negros e de indígenas em brancos representava também um percurso diferente.

Em seus pontos de partida, os/as indígenas corresponderiam ao isolamento e à pureza, enquanto o/a negro/a, à interação e à contaminação. Os atributos da população indígena seria o *exotismo*, a alteridade radical, aquela que deve ser *traduzida*. Neste caso, o dilema nacional seria integrar e ao mesmo tempo, a partir de uma visão romântica, proteger, como símbolo da nacionalidade. Valorizado como *origem*, na sua relação com a “sociedade brasileira” o/a indígena é *objeto de contaminação* e precisa ser preservado, ainda que

mantido à distância – espacial e temporal – como acontece com todo ponto de origem. Neste caso, a alteridade serve à construção de um juízo de valor mítico e estético. No sentido oposto, a população africana ou negra apresentaria à ideologia da nacionalidade uma imagem que é recusada, que envergonha. Neste caso, o problema não é a alteridade radical, que precisaria ser preservada, mas a identidade, isto é, o excesso de proximidade deste outro “selvagem”, que é o africano. O desafio seria, então, integrar, mas sem deixá-lo contaminar a imagem de uma nacionalidade ocidentalizante e branca.

Assim, o/a mulato/a [ver [mestiço](#)] tem nos estudos raciais, por exemplo, uma positividade que o/a caboclo/a [ver [mestiço](#)] não tem nos estudos étnicos ou indigenistas. Enquanto o mulato e particularmente a “mulata exportação”, dotada de sensualidade, aparecem como um *lugar* de passagem inevitável e sempre tematizado da “evolução da raça nacional”, o/a

**O ponto final dessas transformações é pensado como a eliminação ou a domesticação das diferenças (...)**

caboclo/a emerge como uma categoria sociologicamente fraca, que não é um lugar, mas uma falta de lugar. Festeja-se o/a mulato/a pelo caminho que ele/ela constrói até uma nação branca, mas lamenta-se o caboclo pelas perdas culturais que ele representa em relação ao indígena.

O ponto final dessas transformações é pensado como a eliminação ou a domesticação das diferenças, todos

convergindo para um mesmo povo, que possui variações culturais, mas que são apenas regionais, confirmando a grandiosidade de um mesmo Brasil rico em cenários turísticos e em aspectos folclóricos. Mas este tipo de diferença que resta e que é permitida é uma diferença para fora, para o consumo, para o mercado. Não é mais uma

diferença para dentro, para a vida, para as formas de organização.

**(...) o Estado e a sociedade nacionais foram pensados, no Brasil, também de um ponto de vista eurocêntrico e com base em conceitos racistas (...)**

Assim, o Estado e a sociedade nacionais foram pensados, no Brasil, também de um ponto de vista eurocêntrico e com base em conceitos racistas, que se manifestam através de formas mais ou

menos sutis, às quais precisamos estar atentos. Estudos de sociólogos, como **John Gagnon**, destacam como o olhar etnocêntrico (colonialista) está também na base de fenômenos sexuais, como o turismo sexual. Eles chamam a atenção no sentido de como este fenômeno social e

*John Gagnon foi quem desenvolveu uma abordagem sociológica da sexualidade, isto é, foi aquele que pela primeira vez propôs pensar o sexo e a sexualidade como fenômenos sociais. Há ao menos um livro dele publicado em português: Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Ele propõe que o comportamento sexual do ser humano é roteirizado, isto é, os indivíduos usam sua habilidade interativa, bem como material da fantasia e mitos culturais, para desenvolver roteiros (com deixas e diálogos apropriados), como um modo de organizar seu comportamento sexual. O pesquisador introduziu uma concepção minuciosa do comportamento sexual como um processo aprendido, que é possibilitado não por impulsos instintivos ou biológicos, mas por se inserir em roteiros sociais complexos, que são específicos de determinados contextos culturais e históricos.*

econômico está pautado por mitos e representações que articulam sexismo, racismo e homofobia, associando de maneira naturalizante negritude, virilidade e predação sexual.

Mais recentemente, porém, tendo saído de um longo período de governos autoritários, a sociedade brasileira pode se olhar de maneira diversa, sem tantas preocupações com a idéia de integração nacional, que só podia ser realizada por meio da supressão ou da hierarquização das diferenças. Sobre tais mudanças falaremos no texto a seguir.

## GLOSSÁRIO

**Apartheid:** “Vida separada”, ou segregação racial ou política, foi adotada legalmente em 1948, na África do Sul, para designar o regime político daquele país que pregava o separatismo entre brancos (que detinham o poder) e negros (não-cidadãos).

**Alteridade:** Os dicionários registram apenas “qualidade de ser outro”, mas o termo é um conceito importante na antropologia, por fazer referência ao efeito de reconhecimento ou mesmo de produção cognitiva das diferenças. Uma relação de alteridade é uma relação com um outro no qual não nos vemos refletidos. É oposto de identidade.

**Eurocentrismo:** O eurocentrismo é uma forma de reduzir a diversidade cultural a apenas uma perspectiva paradigmática que vê a Europa como a origem única dos significados, o centro de gravidade do mundo, o paradigma a partir do qual o resto do planeta deve ser medido e comparado.

**Etnia:** Refere-se à classificação de um povo ou de uma população de acordo com sua organização social e cultural, caracterizadas por particulares modos de vida.

**Fenótipo:** é a parte visível dos indivíduos; enquanto o genótipo refere-se à constituição genética.

**Indianismo:** Na primeira metade do século XIX, com a transferência da família real portuguesa, em 1808, e com a independência, em 1822, o Brasil viveu um período de afirmação de identidade, que veio acompanhado do incremento nas condições de desenvolvimento de uma vida intelectual própria. Essa foi a época em que despontou uma literatura patriótica, assim como houve a adoção do Romantismo como estilo e ideologia. No Romantismo, prevalece a dimensão do local, associada ao esforço de ser diferente, uma veia aberta às reivindicações de autonomia nacional. No caso do Brasil, em especial, isso veio acompanhado do culto à natureza, do retorno ao passado, ao pitoresco, ao exagero e à preferência pela metáfora. O indianismo foi a principal expressão literária e artística desse Romantismo patriótico. Por meio dele, o índio deixou de figurar como selvagem, praga que deveria ser eliminada e expressão de ignorância, para figurar como símbolo nacional. Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaia (1811-1822), escreveu a *Confederação dos Tamoios* (1856); Gonçalves Dias (1823-1864), em seu poema “I-Juca Pirama”, narra a história de um índio sacrificado por uma tribo inimiga. E seus *Primeiros cantos* (1846) foi referência para a poesia nacional do período. No romance, teve destaque José de Alencar (1829-1877) com o *Guarani* (1857) e *Iracema* (1863). O indianismo pretendia dar ao brasileiro a convicção de ter tido gloriosos antepassados, mascarando a origem africana, considerada menos digna.

**Mestiço:** São designados mestiços os animais cujos ancestrais são de raças diferentes. Esta designação foi expandida

para o caso dos humanos por uma extensão da lógica racista, que postula ser possível identificar raças humanas e estabelecer diferenças entre os indivíduos de raças puras e os de raças misturadas. No caso do Brasil, mestiço indica basicamente duas combinações raciais, que resultam no “mulato” (derivado da palavra “mula”), formado pela combinação de pais brancos e negros, e no caboclo, formado pela combinação de brancos e indígenas. Existem ainda outras possibilidades de identificação de mestiços, como os cafusos, formados pela combinação de pais negros e indígenas, mas esta e ainda outras combinações possíveis não têm a mesma importância que as primeiras, justamente em função do papel que elas exercem na citada mitologia das três raças e em decorrência do lugar privilegiado do branco/a nesta mitologia. Veja o livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, citado na bibliografia.

**Mito da Democracia Racial:** Este mito é atribuído ao sociólogo Gilberto Freyre que, entre as décadas de 1930 e 1950, escreveu *Casa grande e senzala*, grande obra sobre as relações raciais no Brasil. Nela, partindo do princípio positivo de romper com as abordagens racistas da sociedade e da história brasileira contra os negros, Gilberto trouxe à tona as relações que existiam entre senhores/sinhás e escravos/as, assim como os modos de vida da elite e do povo. Ao realizar tais análises, Freyre acabou por produzir a imagem de uma sociedade harmônica e integrada afetiva e sexualmente, mas de fato artificial. Seu pensamento exerceu, porém, grande influência sobre a literatura e os pensadores subsequentes, a ponto de aprendermos, por meio deste mito, que o Brasil é um país onde não existe preconceito ou discriminação de raça ou de cor e no qual as diferenças são absorvidas de forma cordial e harmoniosa.